

GASTOS PÚBLICOS COM INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DE EMPREGOS NOS SETORES DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, BRASIL, 1995 A 2010

Carlos Antônio de Rezende¹
Paulo Cesar Bontempo²
Alcido Elenor Wander³

RESUMO

O trabalho buscou comparar os gastos públicos com investimentos do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal na região do Distrito Federal com a evolução e composição dos empregos no período de 1995 a 2010, que compreendeu os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso e os dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Como referencial busca-se embasamento na Teoria Keynesiana, que destaca a necessidade de intervenção governamental, através da Política Fiscal, para corrigir eventuais distorções do mercado; na Teoria das Finanças Públicas que versa sobre as funções estabilizadora, alocativa e distributiva do Governo; e na Curva de Phillips, que mostra uma relação inversa entre inflação e desemprego. Os dados utilizados são de órgãos oficiais de pesquisa, do sistema orçamentário-financeiro e do sistema de emprego. Os resultados mostram uma forte correlação para o Distrito Federal entre os investimentos públicos e o nível de empregos.

Palavras-chave: Investimentos públicos; Finanças públicas; Orçamento público; Nível de emprego.

PUBLIC INVESTMENT AND JOB COMPOSITION IN ECONOMIC SECTORS OF THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL, 1995-2010

ABSTRACT

The study aimed to compare the public expenditure on investment by the Federal Government and the Federal District in the Federal District region with the evolution and composition of jobs in the period 1995 to 2010, which comprised the two governments of President Fernando Henrique Cardoso and the two government of President Luís Inácio Lula da Silva. As we seek to frame basis in Keynesian Theory, which highlights the need for government intervention through fiscal policy, to correct any distortion of the market, the Theory of Public Finance that deals with the stabilizing, allocative and distributive functions of Government, and Phillips curve, which shows an inverse relationship between inflation and unemployment. The data used are from official research, budget and financial system and employment system. The results show a strong correlation to the federal district between public investment and employment levels.

Keywords: Public sector investment; Public finance; Public budget; Level of employment.

JEL: H50, H54.

¹ Economista. Professor do Centro de Ensino Unificado de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF. Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO.

² Economista. Mestre e Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO.

³ Engenheiro Agrônomo. Mestre e Doutor em Ciências Agrárias (Concentração: Economia Agrícola) pela University of Göttingen (Alemanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO.

1 INTRODUÇÃO

A busca incessante da estabilidade econômica tem sido uma constante dos governos brasileiros desde meados da década de 1950, quando começou o processo de industrialização da nossa economia, contando com uma grande gama de recursos do Governo Federal, tanto aplicada na infra-estrutura básica, como também diretamente na implantação de empresas que exigiam um grande aporte de capital.

O endividamento público para esses gastos, bem como com a construção da nova capital e com as obras da época “milagre econômico” teve, como consequência, o aparecimento da inflação e a estagnação econômica.

Vários planos econômicos foram postos em prática, principalmente, a partir da década de 1980, em busca da estabilidade de preços. Porém, só com o advento do Plano Real⁴ o Governo Federal conseguiu controlar a inflação, até então galopante, que assolava o País.

Após essa conquista, o cenário econômico se mostrou bastante favorável ao Brasil. Dal Rosso (2010, p.125) nos relata que com a estabilização da moeda e pagando uma das maiores taxas de juros do mundo, os investidores internacionais aportaram recursos financeiros no Brasil. Esta entrada maciça de capital internacional levou a uma queda do valor do dólar em termos do Real, o que reduzia cada vez mais o risco de investir no Brasil.

Em um segundo momento, o governo brasileiro se voltou para o início do combate ao desemprego, utilizando, para tanto, de elevação dos gastos com investimentos, através de aporte de recursos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A crise internacional, iniciada pelo “estouro da bolsa imobiliária”, nos Estados Unidos, fez com que o Governo Federal do Brasil continuasse utilizando a Política Fiscal expansionista, reduzindo a alíquota de impostos e mantendo seus gastos em níveis elevados, conforme nos relata Dal Rosso (2010, p.125-126).

O gasto público é, juntamente com os tributos, um dos instrumentos de Política Fiscal utilizados quer em busca do controle da inflação quer em busca da redução do desemprego. Esses gastos dividem-se em grupos de despesa, dentre os quais se busca estudar os investimentos. Ressalte-se a importância do período

⁴ Plano de estabilização econômica iniciado no governo de Itamar Franco que estabeleceu a Unidade Real de Valor (URV), e regras de conversão e uso de valores monetários e iniciou a desindexação da economia, além de determinar o lançamento da nova moeda, o Real.

escolhido para o tema, em virtude da estabilização da economia e a observância de duas situações distintas em dois momentos subsequentes:

1. em um primeiro momento, a continuidade do controle da inflação na economia brasileira, através da utilização de Políticas Econômicas Fiscal e Monetária contracionistas;
2. posteriormente, a busca de controlar e evitar o desemprego, consequência da busca do combate à inflação e de uma crise mundial que se apresentava como ameaça, através da prática de Políticas Econômicas expansionistas, principalmente, a Política Fiscal.

Desta forma, busca-se mostrar a importância da Política Fiscal, via investimento governamental, para o desenvolvimento regional e seu consequente impacto na composição do emprego no Distrito Federal.

O problema a ser estudado será a relação dos gastos públicos com investimentos e a criação e composição de empregos nos diversos setores da economia do Distrito Federal, no período de 1995 a 2010.

Após a implantação do Plano Real, que, segundo Gremaud et al. (2011, p.448) foi um dos mais engenhosos planos do controle da inflação, deparou-se o governo com outro problema: o início da crise econômica internacional, onde o estouro da “bolha imobiliária” nos Estados Unidos da América do Norte levou o pânico a muitos governos, em virtude de um provável efeito cascata, muito comum com o advento da globalização.

Nesse momento, o governo brasileiro estava se voltando para o início do combate ao desemprego. Aquele fato fez com que o Governo Federal do Brasil continuasse com sua Política Fiscal expansionista, reduzindo a alíquota de tributos e mantendo seus gastos em níveis elevados no período estudado, priorizando principalmente gastos com investimentos, com destaque para a construção civil. Desta forma, de toda e qualquer política de restrição de gastos imputada ao orçamento público, no período pós-crise americano, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi preservado, como forma de manutenção do nível de emprego no Brasil.

O estudo justifica-se em função da importância e da busca contínua do governo no que se refere à criação e manutenção do nível de emprego nos diversos setores da economia.

Pode-se separar a história da economia do Brasil em antes e depois do Plano Real. A importância da estabilização econômica para o País pode ser observada na mudança do nível de vida da população. Gremaud et al. (2011, p.454) destacam o aumento da demanda via elevação do poder aquisitivo da população de baixa renda. O período estudado reflete um momento de mudança na vida da população, pois compreende os primeiros 16 anos após a implantação do Plano Real.

Por outro lado, a região estudada é rica em informações, pois retrata a capital do País, porém, com reflexos na região de seu entorno, uma vez que, ao estudarmos o nível e composição do emprego no Distrito Federal (DF), estaremos atingindo aquela população que, embora more em parte do estado de Goiás, efetivamente trabalha no DF. Destaque-se que a região do entorno do DF se caracteriza pelo alto índice de desemprego e de subemprego, caracterizando uma típica situação de dualismo econômico.

Outrossim, dados de 2010-2012 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a mostram como a região mais violenta do País.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Importância Regional do Distrito Federal

O Ministério da Integração Nacional (s.d., p.25-36) reflete a importância socioeconômica do Distrito Federal (DF) para a região Centro-Oeste, quando nos relata em sua análise sobre a região em relação ao resto do País, que o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o nível de pobreza, o nível de escolaridade e as populações beneficiadas com água encanada e esgotamento sanitário são favoráveis ou vêm melhorando acima da média nacional, principalmente, por conta da presença da Capital Federal na Região. Corroborando com esta informação, Pagnussat (2010, p.23) informa que o IDH do DF é de 0,849, índice de país europeu, ficando bem acima da média nacional. Relata-nos ainda que o alto IDH detectado deve-se às boas condições de saúde, elevada renda *per capita* e elevada escolaridade. Destaca que 50% dos servidores públicos têm nível universitário e 30% possuem nível médio. Levando em consideração que o serviço público é responsável por quase 50% do PIB local, detecta-se a importância da educação na economia local.

Pagnussat (2010, p.25) nos relata que a participação percentual do Centro-Oeste no PIB nacional mais do que triplicou de 1960, ano da inauguração de Brasília, para 2010. Ainda segundo o autor (2010, p.23) Brasília detém um PIB que supera R\$ 100 bilhões, estando entre as oito principais economias do País. Ressalte-se a importância do setor de serviços, que é responsável por 92% deste PIB, ficando a indústria com 7% e a agricultura com 1% deste total.

Convém ressaltar que, segundo Miragaya (2010, p.4), entre 1970 e 2007, o PIB do Centro-Oeste saltou de 3,8% do PIB do País em 1970 para 9,85% em 2007, atribuindo-se grande parte deste salto à existência de Brasília, que participou com R\$ 262,1 bilhões.

A tabela 1 mostra, de forma resumida, o que representa o Distrito Federal (DF) para o PIB da Região.

Tabela 1 - DF: participação (%) dos setores da economia – 2007

DISCRIMINAÇÃO	No Valor Adicionado do DF	DF/ Centro-Oeste	DF/ Brasil
Agropecuária	0,29	1,25	0,21
Indústria	6,55	18,6	0,92
Construção Civil	3,60	32,04	2,90
Serviços	93,16	53,46	5,49
Adm. Pública	53,76	72,34	13,65
Participação % PIB	-	42,36	3,76

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

Segundo seus dados, o DF detinha em 2007 mais de 42% do PIB da região. Ressalte-se a importância do serviço público, que detinha mais da metade do valor adicionado. Outro dado que chama a atenção é que, em relação à região Centro-Oeste, a construção civil do DF participava com mais de 32% do total da região.

2.2 A necessidade de intervenção governamental para sanar falhas do mercado

O liberalismo econômico pregava a pouca participação do Estado na Economia. Smith (1983) afirmava que o empresário tinha o direito de ficar livre da tirania do governo. Para Ricardo (1982, p.166-169) “o melhor de todos os planos financeiros é gastar pouco, e o melhor de todos os impostos é o que for o menor possível”.

Por outro lado, a teoria das finanças públicas tem uma preocupação com a existência de falhas no mercado e a necessidade de intervenção governamental para saná-las. Musgrave e Musgrave (1974) afirmam que o Estado tem três funções básicas, a saber: a função alocativa – complementação da oferta de bens e serviços; função distributiva – buscando uma forma mais justa na distribuição da renda, utilizando, como instrumentos, a tributação e o orçamento; e função estabilizadora – busca de estabilidade econômica aliada a um aumento no nível de emprego. Para esta última, o governo utiliza duas políticas macroeconômicas: a Política Fiscal e a Política Monetária.

Keynes (1983) atribui uma importância fundamental à Política Fiscal para a obtenção da estabilidade econômica. Assim é que, caso queira reduzir a escalada da inflação, utilizando instrumentos de Política Fiscal, caberá ao governo controlar seus gastos e/ou elevar a carga tributária. Outrossim, se o objeto primordial for o combate ao desemprego, o governo deverá elevar seus gastos, principalmente em investimentos, e/ou reduzir a carga tributária. Ou seja, a Política Fiscal é utilizada para o combate à inflação ou à depressão. A priorização aos gastos com investimentos é fundamentada pelo fato de que gastos com construção civil, que é uma das formas de investimentos públicos, revertem-se em emprego para a mão-de-obra menos qualificada.

Segundo Giacomoni (2001, p.67), apesar do reconhecimento da importância do gasto público ser bem anterior, foi a partir da década de 30 que o orçamento passou a ser utilizado sistematicamente como instrumento de política fiscal do governo, com o advento da doutrina keynesiana.

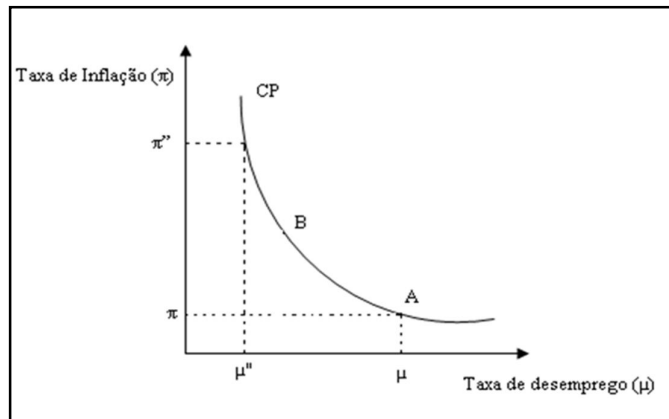
Galbraith e Salinger (1980, p. 44) ratificam que, segundo Keynes, para evitar subida nos preços, devem-se aumentar impostos e reduzir os gastos; por outro lado, ainda segundo os autores (1980, p.92) para o controle da inflação, deve-se elevar a tributação e diminuir os gastos públicos.

Desta forma, podemos deduzir que, para o combate ao desemprego e à inflação, utilizam-se instrumentos antagônicos. Assim sendo, Gremaud et al. (2011, p.302) afirmam que “a forma mais tradicional de verificar a relação entre crescimento e desemprego é utilizando a Curva de Phillips (Figura 1), que mostra uma relação inversa entre taxa de desemprego e taxa de inflação. Alertam, ainda Gremaud et al. (2011, p.306) que “a grande importância da análise da Curva de Phillips é chamar a

atenção para o fato de que o governo não pode manipular impunemente a demanda agregada”. Isso pode gerar ônus como, por exemplo, a aceleração inflacionária...”.

A curva de Phillips expressa a relação negativa entre a taxa de desemprego (μ) e a taxa de inflação (π). De acordo com a figura 15, taxas mais baixas de desemprego (μ''), seriam obtidas ao custo de taxas de inflação mais altas (π'').

Figura 1 – Curva de Phillips



Outrossim, Gruber (2009, p.2-4) afirma que o governo deve intervir na economia quando de existência de falhas no mercado e para redistribuição, ou seja, a “transferência de recursos de alguns grupos da sociedade a outros”.

2.3 Gastos públicos e crescimento

Segundo Resende (2001), os gastos públicos podem ser classificados pela finalidade, natureza e pelo agente encarregado de executá-lo.

O MP (2001), por sua vez, em sua classificação, separa a despesa pública em despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes subdividem-se em grupos de despesa, a saber: pessoal e encargos sociais, juros das dívidas interna e externa, outras despesas correntes e transferências correntes. A despesas de capital, por sua vez, subdividem-se em despesas com amortização das dívidas interna e externa, investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

Sant’anna (2006) afirma que Malthus já se preocupava com a relação entre gasto público e crescimento econômico e seus efeitos para a economia, em 1820.

Afirmava ainda Sant'anna que o economista alemão Wagner, em 1890, estabelecia que teria o governo que elevar sua oferta de bens públicos para haver aumento da renda per capita. Freitas et al. (2009) destacam que nem todo tipo de gasto do Governo contribui para o crescimento. Destacam ainda que, dentre as despesas de capital, já definidas como tal neste trabalho, apenas os investimentos trouxeram impacto para o crescimento, ao contrário das inversões financeiras, que se caracterizam por configurarem transferências de titularidade, não criando emprego e renda. Concluem o trabalho afirmando a importância dos gastos públicos com investimentos para a o crescimento e, conseqüentemente, para a geração de mais emprego e renda.

Rocha e Giuberti (2005) também apresentaram um modelo onde configuram a relação positiva entre as despesas de capital e o crescimento econômico, porém dando um destaque na distinção entre gastos públicos “produtivos” e “improdutivos”, onde os primeiros são definidos como os que têm impacto positivo e os últimos os que têm impactos negativos sobre o crescimento econômico. Ashauer *apud* Rocha e Giuberti (2005) encontra evidências de que gastos públicos com construção civil, entre 1949 e 1985 tiveram efeitos positivos no crescimento econômico dos Estados Unidos. Easterly e Rebelo, *apud* Rocha e Giuberti (2005), utilizando um conjunto de regressões, detectaram que investimentos em transporte e comunicações levaram a um impacto positivo no crescimento da economia de países desenvolvidos.

Para o caso brasileiro, Rocha e Giuberti (2005), destacam, ainda estudos de Ferreira; e Ferreira e Malliagros, onde relatam impactos positivos de investimentos em infra-estrutura para o crescimento econômico e os estudos de Cândido Jr. e de Mazoni, que mostram, em relação ao crescimento econômico, relações negativas quando se tratam de gastos com consumo e relação positiva quando a abordagem é em relação a gastos com investimentos.

Na conclusão de seu trabalho, as autoras atentam para o fato de que os gastos ditos produtivos têm efeitos positivos e estatisticamente significantes sobre o crescimento econômico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a confecção das séries históricas, utilizaram-se dados de execução orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e dados de trabalho e emprego do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), da CODEPLAN e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com os quais foi desenvolvido o modelo estatístico, objeto de estudo.

Inicialmente foi feito um levantamento da literatura que abordasse a importância regional econômica do DF, bem como participação do governo na economia de forma a viabilizar a criação de empregos, bem como conceitos inerentes a finanças públicas.

Com a utilização desses conceitos, procurou-se dar credibilidade ao estudo, identificando pensadores que estudaram a relação gastos públicos e criação de empregos.

Foi utilizado, ainda, um modelo estatístico com as séries históricas de gastos públicos com investimentos e as quantidades de emprego por setores da economia no período estudado, ou seja, 1995 a 2010.

Para Viali, a análise de correlação nos dá um número que exprime o grau de relacionamento linear entre as variáveis, enquanto a regressão fornece uma equação que mostra o comportamento de uma variável em função do comportamento da outra. Segundo o autor, o coeficiente de correlação (r) pode variar entre $-1,0$ e $+1,0$, sendo que este último representaria uma correlação linear perfeita, ou seja, um elemento apresentando um escore padronizado igual a um número em uma variável levaria ao mesmo escore padronizado na outra variável. No caso de coeficiente igual a $-1,0$, isso representaria uma correlação linear perfeita negativa, com os coeficientes com o mesmo valor absoluto, porém com os sinais trocados. Ressalta, ainda, que o mais comum, é que o coeficiente fique situado entre os dois extremos. Por fim, destaca que coeficiente de correlação igual a zero significa que não existe relação linear entre as variáveis estudadas.

Fonseca et al. (1995) enfatizam exatamente que $r = 0$ não implica em que não haja relação entre as variáveis, mas, apenas ausência de relação linear.

Viali destaca, ainda que a correlação pressupõe uma relação linear entre as duas variáveis. Portanto, a sua utilização é adequada apenas para avaliar relacionamentos lineares. Outrossim, uma vez detectada que existe correlação linear

entre as variáveis, pode-se tentar fazer previsão do que ocorreria com uma variável quando a outra sofresse variações, ou seja, poderia ser utilizada a regressão para vislumbrar o que ocorreria nessas situações.

Fernandes (1999), corrobora com Viali, enfatizando, também, que o coeficiente de correlação mede a proximidade dos pontos em relação a uma linha reta, além de alertar que quanto maior for o valor de r mais forte é a associação.

Por outro lado, os autores enfatizam que o conceito de correlação não implica necessariamente em uma relação de causa e efeito, pois coeficientes matematicamente significativos podem ser obtidos em função de mudanças de outras variáveis não constantes do modelo implicando em impactos em uma ou na outra variável ou, ainda, quando a relação entre as duas variáveis é aleatória, sendo a correlação uma coincidência que não se repete.

Para minimizar esses efeitos, procura-se dar embasamento através de referencial teórico e de uma série histórica mais ampla e abrangente possível.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES

Alguns autores enfatizam a importância da política fiscal expansionista ou mesmo de um de seus instrumentos, no caso os gastos públicos, principalmente, com investimento para a expansão da atividade econômica e criação de empregos.

Keynes (1983) enfocava a importância da Política Fiscal expansionista como forma de combater a recessão e na criação de empregos.

Sant'anna destaca que, em 1990, Samuelson e Nordhaus concluíram que o nível de produção e de emprego são fortemente influenciados pelos gastos públicos, especialmente, em bens e serviços.

Freitas et al. (2009) destacam que, dentre as despesas do governo, com ênfase as de capital, já definidas como tal neste trabalho, apenas os investimentos trouxeram impacto para o crescimento e, conseqüentemente, para a geração de mais emprego e renda.

Rocha e Giuberti (2005) também apresentaram um modelo onde configuram a relação positiva entre os gastos públicos “produtivos” e o crescimento econômico, com base em estudos realizados nos Estados Unidos.

Conforme Rocha e Giuberti (2005), estudos de Ferreira; e Ferreira e Malliagros relatam impactos positivos de investimentos em infra-estrutura para o

crescimento econômico e estudos de Cândido Jr. e Mazoni mostram, em relação ao crescimento econômico, relação positiva com os gastos com investimentos.

Easterly e Rebelo, apud Rocha e Giuberti (2005), utilizando um conjunto de regressões, detectaram que investimentos em transporte e comunicações levaram a um impacto positivo no crescimento da economia de países desenvolvidos.

Uma despesa pública só pode ser efetivada após o cumprimento das atribuições atinentes ao outro envolvido no processo. Desta forma, não pode o agente público proceder ao pagamento de uma despesa pública sem antes haver a sua liquidação, ou seja, sem antes receber o serviço ou o objeto contratado quando da realização da licitação.

Os dados apresentados a seguir são oriundos de órgãos públicos dos governos Federal e do Distrito Federal relativos aos setores orçamentários, financeiros e de pessoal.

Os dados relativos à execução orçamentária e financeira foram coletados no Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que concerne ao governo federal e na Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), no que se refere ao governo distrital.

Quanto ao quantitativo de pessoal foram utilizadas informações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para o quantitativo de servidores federais; da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN). Para o quantitativo de servidores públicos distritais e do Cadastro de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o caso dos trabalhadores privados.

Complementando, também foram utilizados dados do Banco Central do Brasil, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de publicações do próprio MTE e da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

Com base nas informações, poder-se-á observar a importância dos investimentos públicos federais no DF, uma vez que ano a ano, os valores utilizados pelo Governo Federal vêm se caracterizando como bem superiores aos aplicados pelo Governo do Distrito Federal.

Ressalte-se ainda, que, em algumas áreas (segurança pública, educação e saúde), as despesas do DF, não só com investimentos, são efetuadas com recursos arrecadados pela União que, através de transferências, os repassam ao governo distrital. Isso eleva a participação dos gastos do DF, uma vez que, apesar serem recursos arrecadados pela União, quem efetivamente executa a despesa é o DF.

As tabelas 2 e 3 mostram, respectivamente, os valores realizados com investimentos públicos da União, do Distrito Federal e a tabela 4 mostra a consolidação desses gastos, a preços correntes e constantes de 2011. Note-se que os dados utilizados para a análise serão os constantes da tabela 4, em virtude do estudo contemplar o total de investimentos, não determinando a sua origem, se federal ou distrital.

Tabela 2 – DF: investimentos públicos (R\$ 1.000) do Governo Federal

ANOS	Preços Correntes (R\$ 1.000) (a)	Índice de Correção (*) (b)	Preços Constantes de 2011 (R\$ 1.000) c = (a*b)
1995	1.450.860	3,1702871	4.599.643
1996	733.335	2,5899159	1.899.275
1997	638.621	2,3638426	1.509.599
1998	893.750	2,2464705	2.007.784
1999	715.837	2,2098828	1.581.915
2000	1.166.697	2,0285332	2.366.685
2001	3.161.145	1,9141740	6.050.982
2002	2.124.849	1,7777616	3.777.474
2003	1.764.661	1,5798065	2.787.823
2004	3.141.154	1,4453864	4.540.181
2005	5.628.388	1,3432878	7.560.545
2006	5.993.778	1,2709729	7.617.930
2007	9.574.997	1,2322581	11.798.868
2008	9.580.360	1,1797600	11.302.526
2009	12.873.368	1,1139885	14.340.011
2010	15.169.830	1,0678811	16.199.574

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) do Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil.

(*) Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 3 – DF: investimentos públicos do Governo do DF

ANOS	Preços Correntes (R\$ 1.000) (a)	Índice de Correção (*) (b)	Preços Constantes de 2011 (R\$ 1.000) c = (a*b)
1995	79.705	3,1702871	252.688
1996	261.214	2,5899159	676.522
1997	379.462	2,3638426	896.988
1998	295.995	2,2464705	664.944
1999	160.184	2,2098828	353.988
2000	405.690	2,0285332	822.956
2001	375.494	1,9141740	718.761
2002	517.254	1,7777616	919.554
2003	358.486	1,5798065	566.339
2004	538.246	1,4453864	777.973
2005	653.842	1,3432878	878.298
2006	708.648	1,2709729	900.672
2007	725.035	1,2322581	893.430
2008	1.050.977	1,1797600	1.239.901
2009	1.382.848	1,1139885	1.540.394
2010	1.041	1,0678811	1.112

Fontes: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e Banco Central do Brasil.
 (*) Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 4 – DF: investimentos públicos dos Governos Federal e do DF

ANOS	Preços Correntes (R\$ 1.000) (a)	Índice de Correção (*) (b)	Preços Constantes de 2011 (R\$ 1.000) c = (a*b)
1995	1.530.565	3,1702871	4.852.331
1996	994.549	2,5899159	2.575.797
1997	1.018.083	2,3638426	2.406.588
1998	1.189.745	2,2464705	2.672.728
1999	876.021	2,2098828	1.935.903
2000	1.572.387	2,0285332	3.189.640
2001	3.536.639	1,9141740	6.769.743
2002	2.642.103	1,7777616	4.697.029
2003	2.123.147	1,5798065	3.354.161
2004	3.679.400	1,4453864	5.318.155
2005	6.282.230	1,3432878	8.438.843
2006	6.702.426	1,2709729	8.518.602
2007	10.300.032	1,2322581	12.692.298
2008	10.631.337	1,1797600	12.542.427
2009	14.256.216	1,1139885	15.880.405
2010	15.170.870	1,0678811	16.200.686

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) do Ministério da Fazenda, Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e Banco Central do Brasil.

(*) Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tabela 5 nos mostra a quantidade de empregos no setor de construção civil da economia no DF, no período estudado.

Tabela 5 - DF: quantidade de empregos na construção civil 1995 a 2010

Ano	Número de empregos
1995	33.711
1996	32.822
1997	29.189
1998	32.689
1999	29.225
2000	26.988
2001	29.516
2002	29.312
2003	27.969
2004	32.933
2005	35.950
2006	39.096
2007	39.988
2008	47.105
2009	56.779
2010	63.281

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A tabela 6, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos no setor de construção civil no DF, no período estudado.

Tabela 6 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos na construção civil – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Construção Civil	0,9163	0,8396	0,8282	6,16399E-07

Como já explicitado pelos estatísticos citados, quanto mais tendente a 1,0 mais forte é a correlação. Desta forma, surge uma proposta de classificação onde um coeficiente de correlação (R) que ficasse entre 0,9 e 1,0 configuraria uma correlação muito forte e entre 0,7 e 0,89 seria uma correlação forte.

Assim sendo, entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego na construção civil há uma correlação muito forte, o que nos leva a uma tendência de entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos na construção civil quando o governo investe.

Convém destacar mais uma vez que, entre os investimentos públicos, segundo o MP (2010), a construção é um dos itens incluídos.

A tabela 7 nos mostra a quantidade de empregos no comércio do DF, no período estudado.

A tabela 8, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos no comércio do DF, no período estudado.

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego no comércio também apresentam uma correlação muito forte, o que nos leva ao entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos no comércio quando o governo investe.

Tabela 7 - DF: quantidade de empregos no comércio 1995 a 2010

Ano	Número de empregos no comércio
1995	55.171
1996	58.498
1997	61.320
1998	64.421
1999	70.350
2000	83.971
2001	86.413
2002	93.750
2003	101.538
2004	110.857
2005	118.443
2006	121.647
2007	134.748
2008	143.451
2009	153.239
2010	163.830

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tabela 8 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos no comércio – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Comércio	0,9180	0,8427	0,8315	5,36922E-07

O setor comercial é responsável pela venda de bens que englobam tanto o material utilizado na construção civil, como nos demais setores da economia. Desta forma, havendo crescimento dos outros setores da economia, há uma tendência natural de crescimento no setor comercial e, conseqüentemente, um incremento na quantidade de mão-de-obra, configurando uma relação direta entre investimento público e o setor.

A tabela 9 nos mostra a quantidade de empregos no setor de serviços do DF, no período estudado.

Tabela 9 - DF: quantidade de empregos no setor de serviços 1995 a 2010

Ano	Número de empregos no setor de serviços no DF
1995	203.414
1996	205.549
1997	207.780
1998	265.620
1999	262.038
2000	276.002
2001	249.000
2002	266.130
2003	272.201
2004	291.938
2005	310.163
2006	333.749
2007	343.461
2008	365.019
2009	379.800
2010	409.607

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A tabela 10, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos no comércio do DF, no período estudado.

Tabela 10 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos no setor de serviços – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Serviços	0,8910	0,7939	0,7792	3,65609E-06

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego no comércio apresenta como uma forte correlação, chegando a quase 90%, o que nos leva ao entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos no setor de serviços quando o governo investe.

O setor de serviços é caracterizado pelo uso intensivo da mão-de-obra. Com o advento de novos empreendimentos, quer seja direta ou indiretamente pelo governo, o setor de serviços será sempre contemplado. Desta forma, havendo crescimento dos gastos com investimentos governamentais, tanto na construção de empreendimentos para serem utilizados pelo próprio governo, como em outros que sejam usados pela coletividade, há uma boa perspectiva de demanda por manutenção, restauração, conservação desses novos empreendimentos.

Por outro lado, é interessante pontificar também, que outros gastos governamentais com investimentos, como o caso de aquisição de novos equipamentos (informática, por exemplo) levará também à firmação de contratos de prevenção e manutenção, bem como de reparos.

Tabela 11 - DF: quantidade de empregos na administração pública 1995 a 2010

Ano	Número de empregos na administração pública no DF
1995	453.751
1996	438.017

1997	484.687
1998	473.873
1999	497.652
2000	548.498
2001	546.943
2002	551.759
2003	536.751
2004	551.711
2005	562.254
2006	566.064
2007	563.309
2008	574.392
2009	610.368
2010	604.238

Fontes: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) E Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

A tabela 12, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos na administração pública do DF, no período estudado.

Tabela 12 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos na administração pública – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Administração Pública	0,7856	0,6171	0,5897	0,000310464

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego na administração pública se nos apresenta como uma forte correlação.

Como já foi visto, na classificação da despesa pública do MP, a administração pública faz parte do grupo de despesas pessoal e encargos sociais e não no grupo de investimentos. Assim sendo, a relação entre os gastos com investimentos públicos e a criação de empregos não é tão direta.

Sabe-se que, quando a administração pública tem elevação de gastos com pessoal, ou é em função de reajustes salariais ou em virtude da contratação de novos servidores.

O período estudado engloba os governos dos presidentes Fernando Henrique e Lula. O governo do distrito Federal tem uma tendência natural de acompanhar as políticas salariais implantadas pelo governo federal.

No caso do primeiro período, que engloba o governo do presidente Fernando Henrique, foi um período em que os servidores públicos não foram contemplados com reajustes salariais, bem como uma grande evasão de servidores públicos, em virtude de aposentadorias e de terceirização dos serviços, que foi uma marca registrada daquele governo. No governo do presidente Lula, tivemos a retomada dos concursos públicos e a contemplação de reajustes salariais, mas não de forma igualitária. Algumas categorias, consideradas mais importantes para o serviço público, foram melhores contempladas, inclusive com reajustes acima da inflação. Por outro lado, tivemos o retorno à atividade de servidores afastados pelo presidente Collor.

A relação entre os investimentos públicos e a quantidade da força de trabalho dessa categoria pode ficar evidenciada pelo fato de que, quando da contratação de novos servidores, há a necessidade de adequação do espaço físico e a aquisição de mais máquinas e equipamentos para que os mesmos possam desempenhar suas funções.

Com relação aos demais setores da economia, que englobam as áreas industrial, agropecuária, dentre outros, estes representam menos de 5% do nosso universo de estudo. De qualquer forma, os gastos com investimentos públicos também os abrangem.

Tabela 13 - DF: quantidade de empregos nos demais setores da economia 1995 a 2010

Ano	Número de empregos nos demais setores da economia no DF
1995	30.568

1996	27.560
1997	28.230
1998	28.340
1999	29.662
2000	28.864
2001	32.961
2002	33.669
2003	35.242
2004	36.450
2005	40.997
2006	40.732
2007	43.265
2008	47.942
2009	49.508
2010	49.013

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A tabela 14, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos nas demais atividades econômicas no DF, no período estudado.

Tabela 14 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos por setor da economia – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Demais	0,9557	0,9133	0,9071	8,01046E-09

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego nas demais atividades econômicas também apresentam uma correlação muito forte, o que nos leva ao entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos nesses setores quando o governo investe.

Como envolvem vários setores, embora em termos absolutos, não muito significantes, podemos inferir que, quando há elevação dos investimentos públicos há um reflexo positivo nas demais atividades econômicas.

Convém ressaltar que dentro da atividade industrial, não está contemplada a indústria da construção civil, que teve uma análise em separado, em virtude de sua relevância em termos absolutos.

A elevação da demanda por parte do governo, do comércio e também por parte das famílias alavanca as atividades industrial e agropecuária. Por outro lado, uma melhor remuneração leva as famílias a procurarem mais trabalhadores autônomos e seus serviços.

Cumprir destacar, ainda, que a correlação existente entre os investimentos públicos e as demais atividades foi a mais próxima de 1, o que levaria a uma perfeita correlação.

A tabela 15 mostra a quantidade de empregos no DF em toda a economia.

Tabela 15 - DF: quantidade de empregos na economia 1995 a 2010

Ano	Número total de empregos na economia do DF
1995	776.615
1996	762.446
1997	811.206
1998	864.943
1999	888.927
2000	964.323
2001	944.833
2002	974.620
2003	973.701
2004	1.023.889
2005	1.067.807
2006	1.101.288
2007	1.124.771
2008	1.177.909
2009	1.249.694
2010	1.289.969

Fontes: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) E Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

A tabela 16, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos nas demais atividades econômicas no DF, no período estudado.

Tabela 16 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos na economia – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Atividades Econômicas	0,9054	0,8196	0,8196	1,4146E-06

Convém destacar que os setores econômicos destacados (construção civil, comércio, serviços e administração pública) representam, ano pós ano, mais de 95% do total de emprego na região estudada. O item caracterizado por “demais” inclui atividades agropecuárias, a indústria, exceto construção civil, empregos domésticos e trabalhadores avulsos, dentre outros, representando menos de 5% do total.

Outrossim, o quadrado da correlação (R^2) é denominado de coeficiente de determinação e mostra o percentual da variância de uma das variáveis que pode ser explicado a partir do valor da outra. No presente estudo, este percentual está situado entre 61,71% a 91,33%. O R^2 ajustado varia entre 58,97% a 90,71%.

O caso de menor coeficiente de determinação encontrado, o da administração pública, é justificado pelo fato de que os gastos com investimentos não são utilizados como remuneração aos servidores, porém, os beneficiam na medida em que facilitam suas atuações.

Utilizando-se, como ferramenta o Microsoft Excel, foram encontradas as situações dos coeficientes nas tabelas 16, (construção civil), 18 (comércio), 20 (serviços), 22 (administração pública), 24 (demais atividades econômicas) e 26 (todos os setores econômicos envolvidos).

Os dados evidenciam uma correlação muito forte entre os investimentos públicos e o nível de emprego em todos os setores de atividades econômicas, com exceção da administração pública, que configura como uma forte correlação.

Pela própria definição de investimentos do MP (2010), ficam evidenciadas as despesas com construção civil, inclusive com serviços de estudos e projetos, e aquisição de bens e produtos que incrementam as atividades comerciais e industriais.

Por outro lado, a criação de empregos na administração pública sofre influência de forma indireta, uma vez que os gastos com investimentos, em melhorando a situação da população dos diversos segmentos da economia, acarretam a uma demanda mais efetiva por melhores serviços públicos.

Esse diferencial entre uma relação mais estreita fica mais claro quando se verifica a explicação da variância de uma variável em relação ao valor da outra (R^2 e R^2 ajustado). Enquanto nas demais atividades econômicas esta explicação vai de 78% a 91%, na administração pública gira em torno de 59%.

Fica constatado, desta forma, que os investimentos públicos são importantes para o crescimento econômico de uma região e que o crescimento leva a uma ampliação do mercado de trabalho e à criação de empregos, sendo que o dimensionamento de qual setor é mais atingido depende das políticas prioritárias evidenciadas pelo governo.

No caso em estudo, evidenciou-se uma tendência à unificação dos resultados para os diversos setores econômicos regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se uma relação direta e com correlação muito forte entre os investimentos públicos e suas implicações na criação de emprego em todas as atividades econômicas que são pagas pelo grupo de despesas de investimentos, segundo a classificação dada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com relação aos dados inerentes à administração pública, englobando a esfera federal e a esfera distrital, apesar das despesas com investimentos não serem utilizadas para a remuneração dos servidores públicos, houve a constatação de uma correlação forte.

Outro fator relevante destacado no trabalho é a dependência do DF em relação ao Governo Federal.

Grande parte das despesas do DF é realizada pela União, apesar do DF ter a competência tributária dos estados e dos municípios, ou seja, tanto arrecada tributos estaduais quanto tributos municipais.

Desta forma, para o DF, ficou demonstrado que a correlação entre investimentos públicos e nível de empregos é forte. Outrossim, seria interessante a realização de estudos envolvendo os demais entes da Federação para evidenciar se semelhantes conclusões também se confirmam.

Por fim, propõe-se, em trabalhos futuros, uma investigação em outros entes da Federação, inclusive no estado de Goiás, com a finalidade de subsidiar políticas

públicas voltadas para os estados e para os municípios, especialmente para a região do Entorno.

REFERÊNCIAS

DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Trabalho na capital**. Brasília, 2010.

FONSECA, Jairo; MARTINS, Gilberto; TOLEDO, Geraldo. **Estatística aplicada**. São Paulo: Atlas, 1995.

FREITAS, Urandi; CASTRO NETO, Armando; LOU, Isaac. Testando a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico no Brasil: uma análise empírica para o período 1980 – 2006. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 5., 2009. Salvador. **Anais...** Salvador, 2009.

GALBRAITH, John K.; SALINGER, N. **A economia ao alcance de todos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2001.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELOS, Marco Antonio; TONETO JUNIOR, Rudnei. **Economia brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GRUBER, Jonathan. **Finanças públicas e política pública**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil**, Rio de Janeiro, 2009.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano estratégico de desenvolvimento** do Centro-Oeste (2007 – 2020). Brasília, [2007?]

MIRAGAYA, Júlio. Industrialização: questão vital para o futuro da capital. **Revista de Conjuntura**, Brasília, n. 41, 2010.

MOREIRA, Tito B. S.; ALBUQUERQUE, Joaquim R. Intervenção do governo na economia x crescimento econômico. **Revista de Conjuntura**, Brasília, n. 49, 2012.

MUSGRAVE, R; MUSGRAVE, P. B. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1974.

PAGNUSSAT, José Luiz. Brasília: 50 anos de desenvolvimento. **Revista de Conjuntura**, Brasília, n. 41, 2010.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, Fabiana e GIUBERTI, Ana Carolina. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 33., 2005. Natal, RN. **Anais...** Natal, RN, 2005.

SANT'ANNA, J. M. B. **Efeito do Gasto Público sobre o PIB: um teste empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FUCAPE, Vitória, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

VIALI, Lorí. **Série estatística básica: correlação e regressão**. Material de aula de pós graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.pucrs.br/viali/publicacoes/didaticas/apostilas.htm>. Acesso em: 17 out 2012.